



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
- SNPIR

CONSELHO NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CONPCT

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 13 E 14 DE SETEMBRO DE 2022

1 Nos dias treze e quatorze de setembro de dois mil e vinte e dois, na plataforma *Microsoft Teams* por
2 videoconferência, foi realizada a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Povos e
3 Comunidades Tradicionais – CONPCT. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e
4 conselheiras representantes do governo: **Dia 13/09/2022:** Titular **Raimundo Nonato Pereira da**
5 **Silva/Taata Konmannaniv** – Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
6 (ACBANTU); Titular **Dione do Nascimento Torquato** – Conselho Nacional das Populações
7 Extrativistas; Titular **Carlos Alberto Pinto dos Santos** – Comissão Nacional de Fortalecimento das
8 Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos
9 (CONFREM); 1º Suplente **Célia Regina Nunes das Neves** - Comissão Nacional de Fortalecimento
10 das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e
11 Marinhos (CONFREM); Titular **Adriana de Souza de Lima** – Coordenação Nacional das
12 Comunidades Tradicionais Caiçaras – CNCTC (RJSP-PR); 1º Suplente **Santino Lopes de Araujo** –
13 Associação Central das Comunidades Veredeiras (ACEVER); 1º Suplente **Leonida Aires de Souza**
14 – Rede de Comunidades Pantaneira; Titular **Helmar Spamer** – Associação Pomerana de Pancas
15 (APOP); Titular **Maria Ednalva Ribeiro da Silva** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de
16 Coco Babaçu (AMIQCB); Titular **Lidiane Taverny Sales** – Instituto Mato Verdinho para o
17 Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e Retireiras do Araguaia; Titular **João Araújo dos**
18 **Santos** – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses; Titular **João Bosco Campos dos Santos** –
19 Grupo de trabalho Amazônico; Titular **Andreza Colatto** – Ministério da Cidadania; Titular **Bruno**
20 **Jesus** – Secretaria Especial de Cultura; Titular **Aline Ludmilla** – Ministério da Saúde; 1º Suplente
21 **Débora Azevedo** – Ministério da Economia; Titular **Dayanna Fagundes** – Ministério da Mulher,
22 Família e Direitos Humanos; Titular **José Luis** – Secretaria de Governo da Presidência da
23 República. Convidados: **Dia 14/09/2022:** Titular **Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata**
24 **Konmannaniv** – Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu



25 (ACBANTU); Titular **Dione do Nascimento Torquato** – Conselho Nacional das Populações
26 Extrativistas; Titular **Carlos Alberto Pinto dos Santos** – Comissão Nacional de Fortalecimento das
27 Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
28 (CONFREM); 1º Suplente **Célia Regina Nunes das Neves** - Comissão Nacional de Fortalecimento
29 das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e
30 Marinheiros (CONFREM); Titular **Adriana de Souza de Lima** – Coordenação Nacional das
31 Comunidades Tradicionais Caiçaras – CNCTC (RJSP-PR); Titular **Eva Francisca de Jesus**
32 **Santana** – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco; 1º Suplente **Leonida**
33 **Aires de Souza** – Rede de Comunidades Pantaneira; Titular **Helmar Spamer** – Associação
34 Pomerana de Pancas (APOP); Titular **Maria Ednalva Ribeiro da Silva** – Movimento Interestadual
35 das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB); Titular **João Araújo dos Santos** – Articulação
36 Puxirão dos Povos Faxinalenses; 1º Suplente **Dimas Gusso** - Articulação Puxirão dos Povos
37 Faxinalenses; Titular **João Bosco Campos dos Santos** – Grupo de trabalho Amazônico; **Jhonny**
38 **Torquato** - Conselho Nacional de Assistência Social; 2º Suplente Camila Carneiro – Ministério da
39 Cidadania; **Daniele de Souza** – Ministério da Justiça; **Aline** – Ministério da Agricultura e
40 Abastecimento; Titular **Paulo Coutinho** – Ministério da Economia; Suplente **Débora Bezerra** –
41 Ministério da Economia; **Eliésio** – Ministério da Tecnologia, Comunicação e Inovações; Titular
42 **Dayanna** Fagundes – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Suplente **Roberto**
43 **Cavalcante** - ICMBIO. A Reunião também contou com a presença do Sr. **Helbert Garandy**
44 **Pitorra** (Coordenador-Geral de Conselhos da SNPIR – Secretário-Executivo do CNPIR), no
45 primeiro e segundo dia de reunião. **Dia 13/09/2022 – Abertura** – Dando início aos trabalhos, o
46 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos cumprimentou a todos. Seguindo a pauta, o
47 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou ao Sr. Helbert Garandy Pitorra que realizasse
48 a verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado. Depois, a
49 Conselheira Célia Regina Nunes das Neves citou um poema. Foi informado sobre a presença de dez
50 conselheiros com direito a voto. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de pauta e de
51 ordem, do dia treze de setembro de dois mil e vinte e dois, para votação/aprovação: 14h00 –
52 Abertura; 14h20 - Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado
53 (Regimento Interno Art. 12 §1º e 2º Art. 14 inciso I) e Leitura e aprovação da ordem do dia
54 (Regimento Interno - Art. 14, inciso III); 14h40 – Retomada dos impactos da construção da ponte
55 de Itaparica, Bahia; 15h10 – Inscrições para fala; 15h30 – Retomada acerca do assunto das



56 atividades e impactos da mineração nos estados de Minas Gerais e do Ceará; 16h – Inscrições para
57 fala; 16h20 – Ataques das onças as comunidades do Pantanal; 16h40 – Inscrições para fala; 17h –
58 Informes gerais; 17h10 – Considerações finais e encerramento. Sobre o dia catorze de setembro de
59 dois mil e vinte e dois foi apresentado como pauta: 14h00 – Abertura; 14h10 - Verificação da
60 presença e da existência de *quórum* para a instalação do colegiado (Regimento Interno Art. 12 §1º e
61 2º Art. 14 inciso I) e Leitura e aprovação da ordem do dia (Regimento Interno - Art. 14, inciso III);
62 14h20 – Informações sobre a retomada das reuniões presenciais, assinatura do Termo de Posse e
63 preenchimento do formulário obrigatório; 14h30 – Inscrições para fala; 14h40 – Apresentação dos
64 informes acerca dos trabalhos dos GT's; 15h00 – Inscrições para fala; 15h20 – Comunidades
65 indígenas no Sul da Bahia sofreram violações; 15h40 – Inscrições para fala; 16h – Apresentação da
66 pauta solicitada por parte da Deputada Andréia de Jesus; 16h30 – Inscrições para fala; 16h50 –
67 Informes gerais; 17h – Considerações finais e encerramento. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
68 esclareceu que não havendo *quórum*, não serão tratados assuntos que carecem de deliberações. O
69 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu antecipar as pautas do dia seguinte que não
70 precisam de deliberações, como dos grupos de trabalho e preenchimento dos formulários e
71 questionou se poderia ser criado novo *quórum*. O Sr. Helbert Garandy Pitorra argumentou que
72 existem casos em que o titular assinou o Termo de Posse e que os suplentes não assinaram e vice-
73 versa, o que impede de criar novo *quórum*, mas que pode haver alteração de pauta. O Conselheiro
74 Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu antecipar as informações sobre a retomada das reuniões
75 presenciais, assinatura do Termo de Posse e preenchimento do formulário obrigatório. O Sr. Helbert
76 Garandy Pitorra explicou que proporcionaram a oportunidade de auxiliar no Termo de Posse, que
77 aproximadamente seis conselheiros não assinaram, e que estão à disposição. Referente ao
78 formulário obrigatório, solicitou maior adesão, pois no formulário estarão dados para a emissão de
79 passagens dos conselheiros e depósito da diária dos conselheiros. Apresentou o formulário, com
80 solicitação de dados pessoais, questionamento quanto a prestação de dados pendentes, escolha por
81 reuniões virtuais ou presenciais, necessidade especial de traslado, aeroporto de origem, estimativa
82 de horas de deslocamento, campo para dúvidas e sugestões. Ponderou que se pretende realizar a
83 reunião presencial em dezembro e é realizado planejamento em dois meses. O Conselheiro Carlos
84 Alberto Pinto dos Santos questionou quais entidades não enviaram. Ato seguinte, o Conselheiro
85 João Bosco Campos dos Santos solicitou esclarecimentos quanto aos segmentos que precisam
86 assinar o Termo de Posse e formulário. Com a palavra, o Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que,



87 com relação ao Termo de Posse, existe pendência no segmento Povos Ciganos, Extrativistas,
88 Geraizeiros, Catadores de Mangaba, Comunidades Quilombolas e Faxinalenses. Quanto ao
89 formulário obrigatório, estão realizando um levantamento dos formulários preenchidos. Em
90 seguida, o Conselheiro João Araújo dos Santos informou que preencheu o Termo de Posse e o
91 formulário. Ao questionar qual seria o segmento, o Sr. Helbert Garandy Pitorra comunicou quanto
92 aos Faxinalenses que está pendente o Termo de Posse do 1º Suplente Dimas Gusso. O Conselheiro
93 Carlos Alberto Pinto dos Santos informou que deve ser preenchido o mais breve possível e o
94 Conselheiro João Araújo dos Santos comunicou que irá informar o conselheiro. O Sr. Helbert
95 Garandy Pitorra notificou que possuem 31 formulários preenchidos até o momento, sendo que
96 possuem 29 conselheiros titulares na sociedade civil, 29 na primeira suplência e 29 na segunda
97 suplência e destacou a importância do preenchimento. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos
98 Santos ressaltou a importância do preenchimento do formulário para a reunião presencial, e
99 solicitou o levantamento dos conselheiros que não preencheram para auxiliar. Foi questionado se a
100 pauta de Itaparica e do Ceará serão apresentados hoje e o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos
101 Santos clarificou que foram reapresentadas essas duas temáticas para deliberações, mas que será
102 discutido quando houver *quórum*. Foi enfatizado que a apresentação da deputada Andréia de Jesus
103 foi enviada antecipadamente e que quando for o horário da apresentação, ela comparecerá e
104 concordou com breve apresentação para discussão. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
105 sugeriu a apresentação dos informes dos GT's Abrace o Marajó e elaboração de trabalho para
106 procedimento de reconhecimento de novos povos tradicionais. O Conselheiro João Bosco Campos
107 dos Santos declarou que houve uma reunião de novos segmentos, em que ele foi colocado como
108 coordenador do grupo e o Sr. Paulo como secretário e que seriam levantados dados. Comunicou que
109 recebeu ofício da Secretaria Executiva sobre povos específicos, mas que não é função do GT
110 classificar povos e comunidades tradicionais, apenas a criação de critérios para a classificação.
111 Ponderou que definiram um período para levantamento de dados, que é necessário se debruçar
112 sobre o decreto nº 6040 e solicitou aos membros do grupo para auxiliar em documento para criar
113 critérios sobre as comunidades. Depois, o Conselheiro Paulo Coutinho informou que houve duas
114 reuniões, sendo que a segunda não houve *quórum*. Declarou que na primeira reunião, dia 05 de
115 julho, as orientações gerais foram discutidas, relatou objetivo de apresentar minuta ao Conselho
116 com prazo máximo de um ano, contando com prorrogações. Declarou que foi reconhecida a
117 importância de realizar consulta a comunidade e de realizar reuniões intermediárias. Foi informado



118 que não foi possível realizar as reuniões intermediárias e sugerido as reuniões presenciais em
119 Brasília. Foi comunicado que por não haver *quórum*, dia 28 de julho, não houve reunião. O
120 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu reiterar o convite ao Ministério Público da
121 Reunião sobre a necessidade de reuniões presenciais. O Conselheiro João Bosco Campos dos
122 Santos destacou que quatro segmentos solicitaram reconhecimento: Garimpeiros, Pecuaristas,
123 Ucrânios e dos Povos dos Peraus de Caxias, com a solicitação do Ministério Público Federal. O
124 Sr. Daniel Luis Dalberto ponderou sobre a importância do assunto e dificuldade do tema para
125 definir critérios. Informou que participará de evento sobre Garimpo como atividade tradicional,
126 questionou se a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) está convidada a participar quanto a
127 parte de subsídios e se existe a visão antropológica. O Conselheiro João Bosco Campos dos Santos
128 salientou a função de definição de critérios do grupo de trabalho, destacou a importância da
129 antropologia durante o andamento, porém considerou que deve ser estudado o que será necessário
130 para a definição de critérios. A Conselheira Adriana de Souza de Lima concordou com a sugestão,
131 complementou que não deve ser reduzida a qualidade em relação aos segmentos atuais, defendeu o
132 debate amplo e acrescentou que não conseguiu participar da primeira reunião. O Conselheiro Carlos
133 Alberto Pinto dos Santos salientou da existência de demanda quanto aos segmentos atuais e sugeriu
134 ao coordenador buscar órgãos relacionados para discussão e estabelecer um rito inicial. Arrazoou
135 que deve haver cuidado, pois é necessário considerar o direito a consulta prévia informada, ao
136 autorreconhecimento, a fundamentação técnica e jurídica e o que o Ministério Público poderia
137 ajudar. Acrescentou que o objetivo do Grupo de Trabalho não é a validação ou o reconhecimento,
138 mas o estabelecimento de ritos e procedimentos. Complementou que o Conselho assumirá a
139 responsabilidade posteriormente. Ato contínuo, o Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/
140 Taata Konmannaniv destacou a participação no conselho e o reconhecimento de comunidades.
141 Relatou em seguida caso para reconhecimento de comunidades em que as escolas de antropologia
142 participaram. Ato seguinte, o Conselheiro João Bosco Campos dos Santos sugeriu convidar a UNB
143 ou outra academia, Ministério Público Federal, Defensoria e a cartografia social para discussão do
144 assunto. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannaniv comunicou sobre
145 curso de pós-graduação de Povos e Comunidades Tradicionais da Universidade Federal da Bahia e
146 sugeriu convite a universidade. A Conselheira Adriana de Souza de Lima concordou e ressaltou que
147 o documento deve concordar com a Convenção nº 169 da OIT. O Conselheiro João Bosco Campos
148 dos Santos enfatizou que o reconhecimento enquanto EPCT's e participação no conselho são



149 assuntos divergentes, que o grupo de trabalho levantará critérios para o reconhecimento e que os
150 grupos atualmente reconhecidos podem participar da reunião. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto
151 dos Santos requereu a Secretaria a verificação de demanda de reunião presencial. O Conselheiro
152 Paulo Coutinho salientou que foi informado sobre as reuniões presenciais precisarem de
153 deliberações do conselho e sobre minuta. Adicionou que concorda com a reunião presencial. Com a
154 palavra, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou sobre as reuniões presenciais ao
155 Sr. Helbert Garandy Pitorra, que respondeu que conseguiram reuniões presenciais apenas para o
156 colegiado. Esclareceu que o grupo de trabalho é um subcolegiado, portanto, não existe previsão de
157 reuniões presenciais para o subcolegiado, mas que pode ser avaliado. Foi ressaltado a ausência de
158 *quórum*, o que inviabiliza a decisão. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata
159 Konmannaniv questionou se a falta de assinatura dos documentos necessários dos conselheiros
160 ausentes inviabiliza a reunião presencial e o Sr. Helbert Garandy Pitorra concordou. O Conselheiro
161 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannaniv sugeriu a assinatura dos conselheiros
162 presencialmente, visto que essa ação foi realizada em outras situações. O Sr. Helbert Garandy
163 Pitorra destacou que atualmente existe a dificuldade quanto as decisões a serem realizadas
164 presencialmente apenas por conselheiros empossados. O Conselheiro João Bosco Campos dos
165 Santos propôs que os conselheiros que não tivessem os documentos regularizados tivessem um dia
166 a mais para cumprir os requisitos em relação a Reunião do Pleno. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
167 concordou e sugeriu realizar no mesmo dia da reunião, mas antes da reunião do Pleno. O
168 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos enfatizou que as reuniões presenciais são mais
169 demoradas, sendo necessário dois dias de reuniões e finalizou concordando com um dia a mais para
170 os conselheiros resolverem as pendências. A Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva
171 questionou se é necessário a assinatura das três pessoas representantes da entidade para a entidade
172 participar da reunião presencial. O Sr. Helbert Garandy Pitorra respondeu que não existe
173 impedimento. Foi sugerido convite no grupo as entidades ausentes para assinatura. O Sr. Helbert
174 Garandy Pitorra arrazoou que no Grupo de trabalho deve haver uma solicitação para realizar
175 encaminhamento. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos discorreu que pode verificar com
176 a ABA, Ministério Público e a Defensoria representantes para auxiliar na discussão. Em seguida, foi
177 iniciada a apresentação do relatório do grupo Abrace o Marajó. Foi ressaltado a importância de
178 marcar as reuniões dos GT's em dias diferentes, pois ocorreram no mesmo dia e horário, o que
179 impediu a participação nas duas reuniões. O Sr. Helbert Garandy Pitorra respondeu informando que



180 a data e horário foi definido no Pleno. Depois, a Conselheira Célia Regina Nunes das Neves
181 solicitou a Secretaria o envio do calendário do grupo Abrace o Marajó. A Conselheira Dayanna
182 Fagundes notificou que houve duas reuniões no grupo Abrace o Marajó, porém não existiu *quórum*
183 para instalar a primeira reunião. Na segunda reunião, que ocorreu em agosto, declarou que
184 apareceram duas pessoas, portanto, não houve *quórum*, o que impossibilitou a reunião. O
185 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou quando seria a próxima reunião do grupo e
186 foi respondido que a próxima reunião seria em 19 de outubro. Sugeriu a verificação da realização
187 das reuniões dos GT's em dias diferentes e solicitou que fosse verificado o *quórum* novamente.
188 Ressaltou sobre a retomada dos pontos do conflito das comunidades no Pantanal, ponte e
189 mineração. Sugeriu aos conselheiros a análise da situação, pois não existe *quórum* para
190 deliberações. Propôs a apresentação dos informes, sobre as comunidades pantaneiras e a
191 transferência dos pontos que precisam de deliberação para o dia seguinte. O Conselheiro João
192 Bosco Campos dos Santos concordou e sugeriu entrar em contato com os conselheiros ausentes
193 para verificar as dificuldades de acesso. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou
194 a Conselheira Leonida Aires de Souza se poderia informar sobre a situação das comunidades
195 pantaneiras. Com a palavra, a Conselheira Leonida Aires de Souza discorreu que os incêndios
196 atrapalharam no alimento dos animais e que as onças estão invadindo as comunidades. Solicitou o
197 apoio do Conselho pois os moradores ribeirinhos estão com problemas com as onças. A Conselheira
198 Célia Regina Nunes das Neves salientou a importância da discussão do assunto, notificou caso
199 parecido do Pará, ponderou que a pauta é pertinente e que é necessário a atuação dos órgãos de
200 monitoramento, pois a invasão dos animais as comunidades estão ocorrendo de maneira
201 desenfreada. Foi questionado se o IBAMA está ciente e atuando nas regiões. A Conselheira
202 Leonida Aires de Souza informou que o local em que ela vive é segregado em duas regiões, sendo
203 que uma o ICMBio e outros órgãos que atuam e trabalham com a onça. Relatou que foram
204 realizadas algumas medidas, mas sem sucesso. Arrazoou que entraram em contato com outras
205 pessoas para auxiliar financeiramente. Ato contínuo, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
206 salientou que deve ser questionado as ações que devem ser realizadas ao IBAMA. Foi sugerido a
207 solicitação de explicação quanto aos casos ocorridos e os entraves ao IBAMA e ICMBio,
208 principalmente o IBAMA. Foi sugerido questionar se existem estudos sobre o assunto, para realizar
209 um estudo ambiental. Com a palavra, a Conselheira Leonida Aires de Souza informou que pode
210 transferir contato do Instituto Homem Pantaneiro que estuda sobre os felinos. O Conselheiro Carlos



211 Alberto Pinto dos Santos concordou e ressaltou a importância de encaminhar a descrição sobre o
212 caso para encaminhar ao IBAMA. Em seguida, por falta de *quórum*, foi passado para os informes.
213 Sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Articulação Amazônia, foi informado que em 18 a 21 de
214 agosto foi realizado em Belterra, Pará, uma reunião envolvendo a articulação, CNAS e coordenação
215 indígena junto a Associação Nacional de Procuradores. Foi acrescentado como motivo da reunião as
216 ameaças às lideranças indígenas no Pará. Foi destacado a importância da visita da CNPCT junto ao
217 Ministério Público Federal para acompanhar casos de violações. O Conselheiro Carlos Alberto
218 Pinto dos Santos sugeriu informar a sugestão no dia seguinte para deliberação e que deveria haver
219 uma Câmara Permanente para tratamento desses assuntos. A Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da
220 Silva destacou a importância da participação no Conselho e que está sendo impossibilitado por
221 causa da ausência de *quórum*. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou a Secretaria
222 o reforço quanto a participação dos entes governamentais. Foi relatado caso de violação de
223 comunidades tradicionais. Depois, o Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que a Secretaria está à
224 disposição. **Dia 14/09/2022 – Abertura** - O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos iniciou a
225 reunião. O Conselheiro Jhonny Martins de Jesus manifestou seu repúdio quanto ao caso no Mato
226 Grosso do Sul com o cacique Vitorino Sanches, de 60 anos da tribo Guarani Kaiowá, que foi
227 brutalmente assassinado e da Débora Moraes, diretora do Movimento Atingidos por Barragens,
228 vítima de feminicídio. Ponderou que os povos não podem perder suas vidas pela luta aos direitos e
229 territórios. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos enfatizou a importância do assunto.
230 Seguindo a pauta, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou ao Sr. Helbert Garandy
231 Pitorra que realizasse a verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do
232 colegiado. Foi verificada a ausência de *quórum* para deliberação. O Conselheiro Carlos Alberto
233 Pinto dos Santos reiterou que os assuntos Retomada dos impactos da construção da ponte de
234 Itaparica, Bahia, retomada acerca do assunto das atividades e impactos da mineração nos estados de
235 Minas Gerais e do Ceará e ataques das onças as comunidades do Pantanal necessitariam de
236 deliberação. Questionou se pode perguntar mais informações caso o Conselho não se posicionar,
237 visto que não houve *quórum* para deliberação. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da
238 Silva/Taata Konmannaniv sugeriu que a pauta seja mantida para a próxima reunião, considerando
239 que a próxima reunião seja presencial. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos concordou e
240 informou sobre um processo de construção de um grande complexo em que um porto está
241 relacionado. Sugeriu o acréscimo da pauta da ferrovia que será construída até o Porto Sul em Ilhéus



242 e sobre o mineroduto que transportará minério de ferro na próxima reunião. Sugeriu antecipar a
243 apresentação da deputada, visto que o Cacique que apresentará sobre o assunto Comunidades
244 indígenas no Sul da Bahia sofreram violações não conseguiu comparecer à reunião. Foi ressaltado
245 que em 14 de setembro foi a data da Páscoa da Maria de Jesus (Maria de Jé). Enquanto não foram
246 iniciadas as apresentações, foram iniciados os informes. A Conselheira Leonida Aires de Souza
247 relatou casos de falta de respeito com as comunidades pantaneiras, discorreu que sofrem bastante
248 com a seca e incêndios. Depois, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu e
249 ressaltou que os povos e comunidades tradicionais sofrem com diversas violações. A Conselheira
250 Adriana de Souza de Lima relatou retrocesso quanto a Resex na comunidade de Castelhanos em
251 Ilhabela, São Paulo. Notificou que estão tentando recorrer no processo. Acrescentou que em 2016
252 lutaram contra projeto de lei estadual que previa a concessão de 25 unidades de conservação e que o
253 projeto foi aprovado. Adicionou que parte das unidades de conservação no Vale do Ribeira estão
254 sobre povos e comunidades tradicionais e que não foi realizado diálogo com a comunidade.
255 Explanou que estão tentando um retrocesso no processo. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos
256 Santos propôs um intervalo e os demais conselheiros concordaram. Em seguida, foi iniciada a
257 apresentação da deputada Andréia de Jesus. A deputada Andréia de Jesus discorreu sobre a
258 intolerância religiosa, o preconceito com as religiões africanas em Minas Gerais. Ressaltou sobre o
259 histórico das práticas religiosas, sobre casos de preconceito como o da menina Kailane, que estava
260 indo com a avó vestida de branca para o Candomblé, morte de Gilda e Ogum em 2000. Informou
261 que em 2021 o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos recebeu 586 denúncias de
262 intolerância religiosa, com aumento de 141% em relação ao ano anterior. Foi registrado maior
263 quantidade de denúncias em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Relatou que 65% das
264 denúncias seriam relacionadas a mulheres, 130 denúncias relacionadas a homens e 74 denúncias
265 relacionadas a pessoas que não declararam gênero. Enfatizou que a classe mais baixa é a mais
266 afetada, informou motivações, ressaltou Constituição Federal artigo 5º, inciso 13 e 6º e Estatuto de
267 Igualdade Racial lei nº 12288/2010. Relatou caso de criança de 12 anos que ficou com a cabeça
268 raspada por causa de religião. Arrazoou que o caso está sendo encaminhado a justiça, discorreu
269 sobre pena no caso de intolerância religiosa, a importância do respeito a religião e complementou
270 que instrumentos de comunicação e educação devem auxiliar quanto a se posicionar contra a
271 intolerância religiosa. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu e salientou os
272 principais tipos de violação, sendo um deles a liberdade religiosa. O Sr. Helbert Garandy Pitorra



273 agradeceu a apresentação e salientou a importância da prevenção a intolerância religiosa. O
274 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou verificar o *quórum* e o envio do documento
275 lido pela deputada Andréia de Jesus para divulgação do assunto. Argumentou a importância da luta
276 pela intolerância religiosa e convidou a deputada Andréia de Jesus para reunião presencial. A
277 Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva enfatizou a importância da luta para prevenir o racismo
278 e a intolerância religiosa, parabenizou a deputada Andréia de Jesus e acrescentou que sobre a
279 dificuldade de luta contra as violações. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos reiterou o
280 encaminhamento de solicitar a deputada Andréia de Jesus o envio do documento lido por ela. Foi
281 ressaltado que o Ministério Público Federal está à disposição da deputada na luta dos temas
282 informados pela deputada. A deputada Andréia de Jesus agradeceu, solicitou ao conselho a
283 deliberação no sentido de cobrar o Ministério Público para os casos se tornarem denúncias e haver
284 providências e cobrar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais,
285 responsável pela fiscalização dos conselhos tutelares. Ressaltou a importância de diálogo para ter
286 reparação dos casos. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos informou que por questões de
287 *quórum* não podem deliberar, mas podem questionar aos órgãos as providências que estão sendo
288 realizadas nos casos de violação. Sugeriu ao representante do Ministério Público Federal dialogar
289 nesse sentido com o Ministério do Estado e que o Sr. Helbert Garandy Pitorra realize
290 questionamentos ao Ministério. O Sr. Daniel Luis Dalberto informou que pode fazer essa
291 interlocução entre o Ministério Público do outro estado e averiguar casos de violações. Ponderou
292 que o órgão deve ser controlado, visto que existem órgãos reguladores para evitar violações. Em
293 seguida, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos reiterou a deputada Andréia de Jesus o
294 envio de todas as informações necessárias sobre o assunto. O Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu
295 a presença da deputada e reforçou a assinatura do Termo de Posse e formulário. O Conselheiro
296 Carlos Alberto Pinto dos Santos reiterou repúdio ao assassinato do cacique Vitorino Sanches,
297 Gustavo da Conceição de 14 anos em 04/09, indígena Pataxó, e Débora Moraes e violações
298 relatadas. Reiterou a importância da assinatura do Termo de Posse e formulário. O Conselheiro
299 Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a participação e comprometimento de todos e encerrou a
300 14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CONPCT.